



Desafios do trabalho dos Agentes de Combate às Endemias no enfrentamento da dengue

Ernandes Gonçalves Dias; Elizeu Kleno Teixeira Barbosa; José Fernando Alves de Oliveira; Lyliane Martins Campos;

Maiza Barbosa Caldeira

Faculdade Verde Norte (Favenorte)

Palavras-chave

Agente de Combate
às Endemias;
Doenças Endêmicas;
Dengue;
Vírus da Dengue.

Keywords

Endemic Disease
Control Agent;
Endemic Diseases;
Dengue;
Dengue Virus

Resumo: O trabalho dos Agentes de Combate às Endemias envolve a conscientização da população em atividades educativas e a execução de intervenções para prevenção e controle das arboviroses. Objetivou-se identificar os desafios do trabalho dos Agentes de Combate às Endemias no enfrentamento da dengue no município de Mato Verde, Minas Gerais. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, realizado com 10 Agentes de Combate às Endemias. Os dados foram coletados no período de agosto a setembro de 2024 a partir de uma entrevista semiestruturada e analisados mediante Análise Temática. Os resultados indicaram que os profissionais reconhecem a importância do seu papel junto à comunidade na prevenção da proliferação do *Aedes Aegypti*. A falta de conscientização da população e de acesso a residências fechadas durante as visitas domiciliares representam obstáculos que os impedem de realizar a inspeção dos imóveis e conscientizar os moradores sobre as medidas de prevenção. Essa limitação compromete a identificação de criadouros do mosquito e aumenta o risco de proliferação da dengue e outras doenças. O trabalho expõe o profissional a riscos físico, químico, biológico e de acidentes pelo contato com larvicidas, animais peçonhentos e lixo acumulado, visto que, a oferta de equipamentos de proteção, nem sempre é adequada. Isso posto, evidencia-se que o trabalho dos Agentes de Combate às Endemias é essencial para a promoção da saúde e prevenção de agravos, assim é fundamental a permanência de oferta regular de capacitações para os profissionais se manterem atualizados sobre as melhores práticas e aprimorar suas habilidades de controle da dengue.

Abstract: The work of Endemic Disease Control Agents involves raising awareness among the population through educational activities and implementing interventions to prevent and control arboviruses. The objective was to identify the challenges faced by Endemic Disease Control Agents in combating dengue fever in the municipality of Mato Verde, Minas Gerais. This is a descriptive, qualitative study conducted with 10 Endemic Disease Control Agents. Data were collected from August to September 2024 through semi-structured interviews and analyzed using Thematic Analysis. The results indicated that professionals recognize the importance of their role in the community in preventing the proliferation of *Aedes Aegypti*. The lack of awareness among the population and access to closed residences during home visits represent obstacles that prevent them from inspecting properties and raising awareness among residents about preventive measures. This limitation compromises the identification of mosquito breeding sites and increases the risk of proliferation of dengue fever and other diseases. The work exposes professionals to physical, chemical, biological and accident risks due to contact with larvicides, venomous animals and accumulated garbage, since the provision of protective equipment is not always adequate. This being said, it is clear that the work of Endemic Disease Control Agents is essential for promoting health and preventing diseases, so it is essential to continue to offer regular training so that professionals can stay up to date on best practices and improve their dengue control skills.



Introdução

A dengue é uma arbovirose viral que tem como principal vetor o mosquito *Aedes Aegypti*. No Brasil, as arboviroses geram preocupação constante aos serviços de saúde pública em função do clima, que em sua maior parte é tropical e favorece a proliferação desse mosquito. Além disso, o crescimento populacional com ocupação urbana desordenada, o processo de globalização com rápidas mudanças climáticas e os desmatamentos favorecem a proliferação e a transmissão viral entre as pessoas (DONATELI; CAMPOS, 2023).

As altas taxas de incidência de arboviroses transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, no Brasil, podem estar associadas também à falta de políticas públicas de prevenção eficientes, à inadequação do acesso aos componentes do saneamento, como esgotamento sanitário, gestão adequada dos resíduos sólidos e da drenagem de águas pluviais (QUEIROZ; SILVA; HELLER, 2020).

O *Aedes Aegypti* que transmite o vírus da dengue são fêmeas adaptadas aos centros urbanos que compartilham o mesmo ambiente e os horários de atividade que os seres humanos. Os domicílios e as regiões peridomicílios são os principais locais de oviposição porque esses espaços tendem a acumular água limpa e parada, cenário adequado para a proliferação do *Aedes Aegypti* (ALVES et al., 2022).

De modo geral, as medidas de controle vetorial estão relacionadas a visitas domiciliares para cobertura de recipientes de desenvolvimento larval, o uso de larvicida para controlar o crescimento de insetos e o tratamento espacial a partir de aplicações com ultra baixo volume, aplicados pelos carros "fumacê". Essas estratégias possuem efetividade se sua operacionalização é realizada de forma intensiva, com ampla cobertura territorial (SANTOS et al., 2022).

No ano de 2023 foi registrado uma das mais expressivas epidemias de dengue no Brasil, com mais de 1,6 milhões de casos notificados, decorrentes do fenômeno climático que provocou eventos extremos, como as extensas secas nas regiões Norte e Nordeste e chuvas intensas seguidas de alagamentos no Sul e Sudeste do país. Já no início de 2024, até meados de março, foram notificados quase 2 milhões de casos suspeitos de dengue, 630 óbitos confirmados e 1.009 ainda em investigação, números superiores aos registrados em 2023 (MACIEL et al., 2024).

A primeira manifestação clássica da dengue é a febre com duração de dois a sete dias, geralmente alta, 39°C a 40°C, com sintomas sistêmicos associados, o exantema está presente em 50% dos casos. Outros sinais e sintomas que podem aparecer são náuseas, vômitos, cefaleia, dor retro orbitária, mialgia, artralgia, petéquias e leucopenia (MARTINS; PRATA-BARBOSA; CUNHA, 2020).

Os sinais de alerta na evolução da dengue são dor abdominal e vômitos persistentes, acúmulo de líquidos, derrame pleural ou ascite, sangramento de mucosas, letargia, inquietação, hepatomegalia e aumento do hematócrito, concomitantemente com queda rápida da contagem de plaquetas (BRASIL, 2024).

O tratamento da dengue é sintomático e baseado na classificação da doença, os pacientes devem ser orientados a repouso e hidratação oral, uso de paracetamol e/ou dipirona para febre e/ou dor, com orientação de não uso de salicilatos ou anti-inflamatórios não esteroides. Em alguns casos é necessário a internação hospitalar para a reposição de

líquidos, em especial pacientes com comorbidades, descompensados e pacientes com recusa alimentar e hidratação oral (MARTINS; PRATA-BARBOSA; CUNHA, 2020).

Contudo, a dengue pode ser controlada, a melhor forma de prevenir a doença ainda é o combate ao mosquito vetor, impedindo que se prolifere. A participação da população nesse processo é fundamental com a implementação de estratégias para evitar água limpa e parada, sem proteção, para não se tornar um criadouro de mosquitos (WILD et al., 2019).

Além disso, a elaboração de políticas que visem minimizar a exposição da população aos vetores das arboviroses e proporcionar ambientes salubres, ao levar em consideração os pressupostos o direito a água e ao esgotamento sanitário, o território como lócus de atuação e a equidade e a não-discriminação no acesso ao saneamento, tende a promover resultados mais efetivos no controle das doenças (QUEIROZ; SILVA; HELLER, 2020).

Nesse sentido, destaca-se a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) na organização dos sistemas de saúde e como ordenadora da rede e do cuidado. Na APS se desenvolve atividades de prevenção de agravos, promoção da saúde e cuidados comunitários capazes de enfrentar as epidemias de dengue, por isso, a APS é considerada capaz de resolver a maior parte dos problemas de saúde, em tempo oportuno, com acessibilidade, universalidade, equidade e de maneira longitudinal (ALMEIDA et al., 2018).

A participação dos ACEs nas equipes de saúde da APS envolve a realização de atividades coletivas que visam desenvolver práticas educativas associadas à execução de métodos físicos, químicos e biológicos para prevenção e controle das arboviroses. Essas atividades são realizadas majoritariamente por meio de visitas domiciliares no território de abrangência da Unidade de Saúde (MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020).

Frente a essas considerações, o interesse por esta investigação partiu da percepção desses pesquisadores de que os ACEs lidam com diversos desafios no trabalho de enfrentamento da dengue, de modo que é um desafio a realização de ações de combate e controle realizadas por esses profissionais. Frente à importância desta temática, o estudo tem como objetivo identificar os desafios do trabalho dos ACEs no enfrentamento da dengue em um município no norte de Minas Gerais.

Material e métodos

Trata-se de um estudo descritivo e natureza qualitativa, o qual adotou as Diretrizes de Critérios Consolidados para Relatos de Pesquisa Qualitativa (COREQ) para a condução do estudo (TONG; SAINSBURY; CRAIG, 2007).

Foram considerados elegíveis para participar do estudo os ACEs com vínculo ativo no serviço de saúde, não afastados do serviço por quaisquer motivos no período de coleta de dados e com capacidade cognitiva preservada para responder ao instrumento de coleta de dados.

O município do estudo está localizado no norte de Minas Gerais, possui uma população estimada de 12.238 habitantes (IBGE, 2023) e seis Estratégias Saúde da Família (ESFs), onde estão vinculados 12 ACEs, lotados no departamento de vigilância em saúde do município.

O contato com os potenciais informantes se deu a partir de uma planilha contendo o nome, endereço e telefone dos ACEs, disponibilizada pela coordenação de vigilância em saúde.

de. De posse dessa lista, os ACEs foram abordados aleatoriamente, sondados quanto ao interesse em participar do estudo e agendada uma entrevista. Nesse percurso dois ACEs foram excluídos por não terem sido localizados em até três tentativas de contato.

A coleta de dados se deu a partir de um roteiro semiestruturado de entrevista, elaborado pelos pesquisadores, composto de questões objetivas (caracterização dos ACEs) e subjetivas (questões de investigação dos desafios no trabalho dos ACEs no enfrentamento às arboviroses no município).

O roteiro da entrevista teve como questões norteadoras: Como você avalia o trabalho de prevenção e controle da dengue que realiza? Quais desafios você encontra para realizar seu trabalho? Como é um dia típico de trabalho na prevenção e controle da dengue?

Os dados foram coletados por dois pesquisadores, treinados previamente, no período de agosto a setembro de 2024, por meio de uma entrevista aplicada individualmente, em espaço privativo no local de trabalho dos ACEs que atenderam aos critérios de seleção deste estudo e que consentiram sua participação, em data e horário acordados previamente.

As entrevistas tiveram duração média de 15 minutos, com dados coletados até a obtenção de saturação no depoimento dos ACEs. Foram gravadas em áudio através de um dispositivo de voz, posteriormente transcritas na íntegra e apresentadas aos informantes para validação do conteúdo transcrito.

O material empírico foi categorizado em uma planilha de texto do Word e analisado através da Análise Temática, seguindo-se as seguintes etapas: preliminarmente coleta, transcrição literal e ambientação com o dado, seguido por acomodação do dado em instrumento de análise, identificação das unidades de contexto, núcleos de sentido e dos temas (DIAS; MISHIMA, 2023).

Todos os procedimentos metodológicos deste estudo obedeceram aos preceitos éticos descritos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa do estudo foi submetido ao instrumento de autoavaliação de projetos de pesquisa que envolvem seres humanos de Dias (2020) e a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros, sendo aprovado pelo Parecer Consubstanciado número 7.006.353, CAAE: 80903624.9.0000.5146 e os ACEs assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Na apresentação do conteúdo, a identidade dos informantes foi preservada com a substituição de seus nomes por pseudônimos, acompanhados da idade do ACE.

Resultados e discussão

Caracterização dos informantes

O estudo foi realizado com 10 ACEs com idade entre 26 e 68 anos, do departamento de vigilância em saúde de uma cidade do norte de Minas Gerais. Os informantes tinham o ensino médio completo, se autodeclararam brancos, pretos ou pardos e casados, solteiros ou em união estável. O tempo de exercício na função variou entre seis meses a 43 anos e a renda entre R\$1412,00 e R\$2824,00.

O material empírico possibilitou a identificação de dois temas para análise: "Percepção sobre a eficácia do trabalho e as barreiras no controle da dengue no município" e "Riscos decorrentes do trabalho realizado como ACE no controle da dengue no município".

Resultados e discussão

Os informantes têm boa percepção acerca do trabalho que realizam junto à comunidade. A boa percepção está relacionada à resolutividade das ações, acesso a capacitações regularmente e à disposição da equipe para superar as barreiras encontradas no serviço.

"[...] considero que oitenta a noventa por cento do meu trabalho é bom [...], é difícil a gente acertar tudo que faz, principalmente quando você necessita de trabalho com a comunidade, que não é fácil [...]" (Gustavo, 34).

"[...] esses dias atrás mesmo, na época da chuva [...] estava alastrado, e graças a Deus, os casos sumiram. Diminuiu bastante [...]. Nossa equipe é cem por cento [...]" (Cláudio, 27).

"[...] É satisfatório. [...] Sempre que tem uma novidade, o pessoal tá fazendo tipo um laboratório, né? Passando tudo pra gente, isso aí ajuda bastante [...]. Sempre a gente tá aprendendo mais [...]" (Carlos, 40).

"[...] avalio que eu faço o melhor possível. Cada dia você tem que tentar superar o que não foi bom num dia. No outro dia você tem que tentar ser melhor e tocar pra frente [...]. Você tem que tentar fazer o melhor sempre [...]" (Mário, 51)

A prevenção da dengue e demais arboviroses depende do manejo com o *Aedes Aegypti* em todos os estágios de desenvolvimento. As ações de controle e combate do mosquito desde o interior dos domicílios até as vias públicas, escolas, hospitais e locais de lazer e trabalho das comunidades no sentido de conscientizar a população a respeito da importância de modificar seus comportamentos e a adoção de medidas coordenadas, dentro e fora do setor saúde, são úteis para lidar com o *Aedes Aegypti* (COSTA et al., 2022).

A persistência da dengue e a iminência de surtos de doenças emergentes como Chikungunya e Zika revelam fragilidades sociais e políticas do país e evidenciam a necessidade de estratégias efetivas de enfrentamento vetorial e da importância da mobilização social, no intuito de incentivar a adesão das pessoas às medidas de controle e atuação como corresponsáveis pelo controle de criadouros do mosquito (DIAS et al., 2022).

A limitação de acesso dos ACEs ao interior dos domicílios atinge 50% dos domicílios durante as visitas. A negligência com os espaços domésticos e o descaso com ações que mitiguem as desigualdades, como o saneamento básico e a coleta de lixo, colaboram para a presença do vetor e evidencia uma contradição entre o discurso de combate ao *Aedes Aegypti* e a prática preventiva que confere ao vetor o status de um animal de estimação, com garantia de múltiplos criadouros nas residências (VALLE; AGUIAR, 2023).

O controle ambiental nos domicílios e locais de trabalho para impedir que existam condições ideais para a ovoposição e o desenvolvimento de larvas do *Aedes Aegypti* e o combate aos focos já existentes são procedimentos importantes. Apesar dessa importância, estudos têm demonstrado uma tendência das comunidades e dos profissionais de saúde em responsabilizar seus próprios membros pelo insucesso das ações preventivas. O descuido

com as residências e outros ambientes particulares e a baixa consciência sanitária são argumentos comuns na culpabilização do outro (COSTA et al., 2022; ALVES et al., 2022).

Diante da dificuldade de a população adotar permanentemente práticas de controle do *Aedes Aegypti*, mesmo após receber orientações em campanhas de conscientização é necessário que os estímulos educacionais ocorram rotineiramente nas escolas e nas residências junto a ações de mobilização social (SOUZA et al., 2021).

Um de estudo realizado no interior da Bahia com a participação de sete ACEs, com o objetivo de discutir as percepções dos ACSs e ACEs sobre o processo de conscientização da população quanto à prevenção e controle do *Aedes Aegypti* identificou que a população recebe orientações desses profissionais quanto aos cuidados com o *Aedes Aegypti*, no entanto, grande parte das pessoas não colocam em prática, de modo que é necessário a implementação de outras estratégias de sensibilização da população (FRANÇA et al., 2020).

Riscos decorrentes do trabalho realizado como ACE no controle da dengue no município

Durante a realização do trabalho, os informantes se percebem expostos a riscos que podem gerar acidentes e adoecimentos no trabalho, como o risco de queda ao subir escadas para inspecionar caixas d'água elevadas, mordidas por animais domésticos ao adentrar os domicílios, acúmulo de lixo nos quintais que facilitam o contato com os mosquitos e de adoecimento pelo contato prolongado com os inseticidas usados no controle químico do mosquito *Aedes Aegypti*.

"[...] assim, o fator de risco [...] é quando a gente se depara com caixa d'água a nível, não a nível de solo [...]. É um risco você tá subindo ali com uma escada e tá caindo em cima da casa [...]" (Vitor, 44).

"[...] os fatores que levam ao trabalho de risco é cachorro, né? O cachorro fica bravo, sabe? Eu fui trabalhar na casa lá, o cachorro quebrou a corrente quase me mordeu e mordeu meu colega [...]" (Jorge, 44).

"[...] já peguei campanha de trabalhar de dezembro até agosto, setembro, passando inseticida todos os dias. Então aquele inseticida do fumacê, pra gente que tá trabalhando, é muito prejudicial [...]" (Carlos, 40).

"[...] o quintal que tiver muita folha, né? [...] Lixaiada, muitas fezes de cachorro, chiqueiro, esses trems assim, é um lugar de risco. [...] seria bom demais todo mundo ter o seu quintal limpo pra esse mosquito não tá transmitindo a doença [...]" (Alonso, 47).

As condições de trabalho insalubres às quais os ACEs estão expostos é um problema já identificado há bastante tempo. No ambiente de trabalho desses profissionais estão presentes diversos riscos, entre eles os psicossociais pela possibilidade de violências (MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020).

Além disso, em muitos momentos os ACEs trabalham em contato direto com inseticidas e por isso estão sujeitos a riscos diversos daqueles pelos quais a população, em geral, não está. Muitas vezes esses profissionais estão expostos a fatores de risco químicos, físicos, biológicos, ergonômicos, sociais e de acidentes de trabalho, que podem agir sinergicamente e sujeitar esses trabalhadores à possibilidade de desenvolver diversas enfermidades e agravos à saúde (CÂNDIDO; FERREIRA, 2017).

Em um estudo realizado nos municípios de Caxambu do Sul, Chapecó e Maravilha, da região oeste de Santa Catarina, com 87 ACEs, com o objetivo de identificar vulnerabilidades e riscos em saúde aos quais os ACEs estão expostos no exercício de suas atividades, identificou que os riscos mais frequentes foram a exposição às condições climáticas, o uso inadequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), condições de trabalho precárias e a exposição a produtos químicos (GUARDA et al., 2022).

Os informantes declararam que o serviço disponibiliza EPIs necessários para proteção durante o trabalho, como chapéu, luvas, botinas e outros, porém, nem sempre na quantidade ideal, como ocorre na disponibilização de protetor solar, enquanto que óculos de proteção não são ofertados para uso no trabalho.

"[...] é uniforme adequado, bolsa, chapéu, roupa, luva, botina [...] aquela botina melhor, vem muitas coisas [...]" (Jorge, 44).

"[...] botina, sim. Botina, as luvas, [...] chapéu, sim, temos. Óculos, não [...]" (Gabriel, 26).

"[...] protetor solar mesmo a gente recebe bem pouco, viu? Bem pouco. A blusa, a blusa sim [...]. Eu mesmo peço as minhas tudo de manga comprida [...]" (Alonso, 47).

Os EPIs são dispositivos ou produtos de uso individual que objetivam neutralizar a exposição a riscos presentes no ambiente de trabalho, como a possibilidade de ocorrer acidentes. A oferta de EPIs é legalmente uma responsabilidade dos empregadores e o uso adequado é um dever dos profissionais (GOMES; MIRANDA; PINHEIRO, 2022).

Os EPIs a serem utilizados no trabalho de controle de vetores dependem dos riscos existentes na execução da atividade fim. Rotineiramente são os óculos, luvas, avental, respirador, calçados fechados, vestimenta de proteção, protetor auricular, entre outros. Além dos EPIs citados, podem ser adicionadas outras medidas de proteção pessoal, como utilização de protetor solar e uniformes personalizados (BRASIL, 2019).

Para os fins de aplicação da Norma Regulamentadora 06, todo EPI deve apresentar lote de fabricação e o número do Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa perspectiva, embora o protetor solar seja ofertado para algumas categorias profissionais, não é considerado como um EPI, porém, é ideal a oferta de protetor solar aos trabalhadores que se expõem ao sol durante sua atividade laboral. Já os óculos de proteção são obrigatórios e devem ser ofertados pelos empregadores (BRASIL, 2022).

Em um estudo realizado em Belo Horizonte-MG, com 121 ACEs, onde 75 atuavam no programa de controle da dengue, a fim de identificar e compreender a percepção do ACE

sobre o seu trabalho, com enfoque na relação entre trabalho e saúde, identificou invisibilidade e sofrimento vivenciado pelos ACEs e a necessidade de mudanças na organização do trabalho para proteger a saúde desses trabalhadores. Na percepção dos ACEs a falta de EPIs e insumos é um problema que impacta significativamente em suas atividades (MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020).

Conclusão

Os ACEs têm boa percepção do trabalho em função do impacto positivo de suas ações. Reconhecem a importância do seu papel junto à comunidade na prevenção da proliferação do *Aedes Aegypti*, controle dos focos do mosquito e da conscientização da população. A participação em capacitações e treinamentos regulares permite que os ACEs se mantenham atualizados sobre as melhores práticas e aprimorem suas habilidades, isso contribui para a qualidade do trabalho e para a percepção positiva desses profissionais.

Apesar da percepção positiva sobre o trabalho, há obstáculos que impactam na efetividade do controle do mosquito *Aedes Aegypti* e, conseqüentemente, na prevenção da dengue. A falta de colaboração da população e de acesso a residências fechadas durante as visitas domiciliares impedem que os ACEs realizem a inspeção dos imóveis e conscientize os moradores sobre as medidas de prevenção. Essa limitação compromete a identificação de criadouros do mosquito e aumenta o risco de proliferação da dengue e outras doenças.

O trabalho como ACE expõe o profissional a riscos físico, químico, biológico e de acidentes pelo contato com larvicidas, animais peçonhentos e lixo acumulado, visto que, apesar da disponibilização de EPIs, nem sempre é em quantidade ideal ou todos necessários para a função.

O estudo tem como limitação a quantidade reduzida de ACEs entrevistados, de forma que é necessário a realização de estudos com maior número de informantes para alcançar resultados mais abrangentes, assim como a coleta de dados ser realizada em instrumento elaborado pelos próprios pesquisadores. Espera-se que os resultados do estudo subsidiem os gestores a refletirem sobre a necessidade da formulação de políticas públicas que melhorem as condições de trabalho do ACE e estimulem a população aderir ao combate à dengue e outras arboviroses de maneira mais efetiva. A realização de novos estudos e o investimento em ações de educação e mobilização social são essenciais para o controle da dengue, para a promoção da saúde da população e reconhecimento do trabalho do ACE.

Referências

- ALMEIDA, P. F.; ALMEIDA, P. F.; MEDINA, M. G.; FAUSTO, M. C. R.; GIOVANELLA, L.; BOUSQUAT, A.; MENDONÇA, M. H. M. Coordination of care and Primary Health Care in the Unified Health System. **Saúde em Debate**. v. 42, n. 1, p. 244-260, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S116>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- ALVES, J. A.; ANDRADE, N. F.; LORENZO, C. F. G.; MENDONÇA, A. V. M.; SOUSA, M. F. Community perception of its preventive actions gentes dengues, zika and gentesys in five Brazilian regions. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. v. 32, n. 3, e320312, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320312>. Acesso em: 28 mar. 2024.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual sobre Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias**. Arboviroses transmitidas pelo Aedes Aegypti. 1 ed. – 2019. Brasília-DF. Disponível em:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_protecao_agentes_endemias.pdf. Acesso em: 28 de out. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 3.214, de 08 de Junho de 1978. **NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI**. [Internet]. Atualização 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-06-atualizada-2022-1.pdf>. Acesso em: nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Mais Saúde com Agente**. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/mais-saude-com-agente>. Acesso em: 07 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue Diagnóstico e Manejo Clínico ... Adulto e Criança**. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente Departamento de Doenças Transmissíveis. Brasília : DF. 6 ed., 83p., 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/dengue/dengue-diagnostico-e-manejo-clinico-adulto-e-crianca>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- CÂNDIDO, A. S.; FERREIRA, R. J. Riscos à Saúde e à Segurança no Trabalho do Agente de Combate as Endemias do Município de Campos Sales, Ceará, Brasil. **Cienc. Biol. Agrar. Saúde**, v. 21, n. 1, p. 52-57, 2017. Ceará, Brasil. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaioseciencia/article/view/4367>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- COSTA, L. D.; BARROS, A. D.; LORENZO, C.; MENDONÇA, A. V. M.; SOUSA, M. F. Percepção da população sobre a atuação das autoridades e das comunidades no controle das arboviroses. **Saúde debate**, v. 46, n. 134, p. 790-802, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213414>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- DIAS, E. G. Proposta de Instrumento para Autoavaliação de Projetos de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. **Revista de Graduação USP**, v. 4, n. 1, p. 139-145, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v4i1p139-145>. Acesso em: 05 abr. 2024.
- DIAS, E. G.; MISHIMA, S. M. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista SUSTINERE**, v. 11, n. 1, p. 402-411, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- DIAS, Í. K. R. et al. Ações educativas de enfrentamento ao Aedes Aegypti: revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 27, n. 01, p. 231-242, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.33312020>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- DONATELI, C. P.; CAMPOS, F. C. Visualization Of Surveillance Data On Urban Arboviroses Transmitted By Aedes Aegypti In The State Of Minas Gerais, Brazil. **Journal of Information Systems and Technology Management – Jistem USP**. v. 20, e202320003, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4301/S1807-1775202320003>. Acesso em: 01 abr. 2024.

- FRANÇA, L. S.; ALVES, de M. C. M.; LIMA, J. de J.P.; SILVA, J. M.; ALMEIDA, M. B.; VIEIRA, S. N. S. Qué es lo que está equivocado? Percepción de los agentes comunitarios de salud y endemias sobre el combate al aedes aegypti. Revista **Enfermería Actual**, v. 38, n. 38, p. 1-14, jun., 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i38.37115>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- GOMES, D. O.; MIRANDA, W. P.; PINHEIRO, E. C. N. M. The importance of personal protective equipment (PPE) as a preventive form of work accident: case study. **Brazilian Journal of Development.**, v. 8, n.11, p. 70444-70461, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n11-001>. Acesso em: 27 out. 2024.
- GUARDA, C.; OLIVEIRA, A. P. de.; SCHOTT, D.F.; LUTINSKI, J. A.; BUSATO, M. A.; FERRAZ, L. Vulnerabilidades e riscos associados ao trabalho dos Agentes de Combate à Endemias. **Society and Development.**, v. 11, n. 8, e38011831034, 2022. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i8.31034>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE cidades. [Internet], 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mato-verde/panorama>.
- JESUS, P. C.; OLIVEIRA, M. I. C.; MORAES, J. R. Training of health professionals in breastfeeding and its association with knowledge, skills and practices. **Ciênc. saúde coletiva.** v. 22, n. 1, p. 311-320, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.17292015>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- KOLLING, A. F.; TREMEA, D.; SANTOS, C. M.; KNAUTH, D. R.; RAIZER, L.; TEIXEIRA, L. B.; PIRES, F. S. Evaluation of the learning process in the virtual environment of the Health Program with Agent. **Trab. Educ. Saúde.**, ed. sem., 22, e02498241, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2498>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- MACIEL, E. L. N.; FRUTUOSO, L. C. V.; GARCIA, M. H. de O.; WERNECK, G.; CUNHA, R. V. da; LIMA, N. V. T. Esforços Governamentais Alavancam Combate Efetivo à Dengue no Brasil. **SciELO Preprints**, v. 1, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8333>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- MARTINS, M. M.; PRATA-BARBOSA, A.; CUNHA, A. J. L. A. Arboviroses na infância. **Jornal de Pediatria**, v. 96, sup. 1, p. 2-11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2019.08.005>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- MATOS, G. C. R.; SILVA, J. M.; SILVEIRA, A. M. Work and health: the perspective of the endemic diseases control agents of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, n. 15 p. 63-69, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000031117>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- PEDUZZI, M.; AGRELI, H. F. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 22, n. 2, p. 1525-34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0827>. Acesso em: 02. nov. 2024
- PEREIRA, G. A.; PICOLI, R. P.; CAZOLA, L. H. O. Integración del agente de combate a las endemias en la Estrategia Salud Familiar, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, 2017. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 1, n. 30, e2019500, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000100018>. Acesso em: 03 nov. 2024.

- QUEIROZ, J. T. M.; SILVA, P. N.; HELLER, L. Nuevas presuposiciones para el saneamiento en el control de arbovirosis en Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Belo Horizonte, v. 36, n. 4, e00233719, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223719>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- ROTOLO, A.; SILVA, M. R. S.; SANTOS, A. M.; OLIVEIRA, A. M. N.; GOMES, G. C. Saúde mental na Atenção Primária: desafios para a resolutividade das ações. **Esc. Anna Nery**, v. 2, n. 23, e20180303, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0303>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- SANTOS, J. P. C. et al. Arboalvo: territorial stratification for definition of areas for prompt response by surveillance and timely control of urban arbovirus infections. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 3, e00110121, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110121>. Acesso em: 18 abr. 2024.
- SOUZA, T. G. B. de; ARRUDA, E. J. de; MACHADO, A. M.; SOUZA, A. P. de. Health education in the control of *Aedes aegypti* – from theory to practice. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e10810917912, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17912>. Acesso em: 29 out. 2024.
- TONG, A.; SAINSBURY, P.; CRAIG, J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. **Int J Qual Health Care**, v. 19, n. 6, p. 349-57, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- VALLE, D. AGUIAR, R. O problema é o mosquito? *Aedes aegypti* e arboviroses urbanas – contradições e reflexões. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 32, n. 2, e2023538, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000200024>. Acesso em: 29 out. 2024.
- WILD, C. F.; NIETSCHE, E. A.; SALBEGO, C.; TEIXEIRA, E.; FAVERO, N. B. Validação de cartilha educativa: uma tecnologia educacional na prevenção da dengue. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 5, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0771>. Acesso em: 30 abr. 2024.